

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 41**

O ato administrativo praticado pela administração com a finalidade de eliminar defeitos sanáveis de um ato administrativo anteriormente praticado, como condição para que o ato produza a integralidade dos efeitos jurídicos válidos, é denominado

- Ⓐ exaurimento.
- Ⓑ cassação.
- Ⓒ anulação.
- Ⓓ revogação.
- Ⓔ convalidação.

Questão 42

Assinale a opção correta com base no estabelecido na Lei estadual n.º 1.102/1990.

- Ⓐ Deverá ser aplicada pena de suspensão ao servidor do estado de Mato Grosso do Sul que resida fora do território do estado, salvo quando em exercício em outra unidade da Federação, na forma da lei.
- Ⓑ Em caso de infração praticada por servidor no exercício de suas funções, caberá ao secretário de Estado, ao procurador-geral ou ao dirigente de órgão diretamente subordinados ao governador ordenar, fundamentadamente e por escrito, a suspensão preventiva do infrator por até 180 dias ou até a decisão final no processo administrativo disciplinar, o que primeiro ocorrer.
- Ⓒ É permitida a contratação temporária de estrangeiro de notória especialização para executar serviços profissionais na área de tecnologia.
- Ⓓ Função de confiança é a que envolve atribuições de comando, direção, gerência e assessoramento técnico ou especializado, de livre provimento, satisfeitos os requisitos de qualificação definidos em lei ou regulamento.
- Ⓔ Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

Questão 43

Considerando que uma fábrica clandestina de fogos de artifício, que fabrica explosivos sem a licença necessária e sem conhecimento do poder público, exploda, com a consequente destruição de prédios vizinhos e veículos estacionados nas proximidades, julgue os seguintes itens, relativos à responsabilidade civil do Estado pelos referidos danos.

- I Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir.
- II A responsabilidade civil estatal, no caso hipotético em apreço, está condicionada à existência de prévia concessão de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou à demonstração do prévio conhecimento pelo poder público de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- III O poder público é civilmente corresponsável, juntamente com o proprietário da fábrica clandestina, por todos os danos ocorridos em decorrência da explosão, conforme a teoria da responsabilidade objetiva.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 44

Assinale a opção correta em relação ao controle externo que o Poder Legislativo, com auxílio do respectivo tribunal de contas, exerce sobre a administração pública, no que se refere à concessão de aposentadoria aos servidores públicos.

- Ⓐ Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da data em que esta tenha sido concedida.
- Ⓑ Ato ilegal de concessão de aposentadoria praticado pela administração pública poderá ser revisto pelo Poder Legislativo, com o auxílio do respectivo tribunal de contas, a qualquer tempo.
- Ⓒ Considerados os efeitos patrimoniais contínuos da aposentadoria, o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria poderá ser sindicado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do respectivo tribunal de contas, a qualquer tempo, mas eventual dever de devolução de benefício indevidamente percebido estará limitado aos últimos 5 anos, contados da data de início do processo de controle externo.
- Ⓓ Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.
- Ⓔ O controle externo poderá ser exercido em até 10 anos, contados da data de concessão da aposentadoria, salvo comprovada má-fé.

Questão 45

Julgue os itens a seguir, referentes a licitação, de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

- I O maior retorno econômico e o maior desconto inserem-se entre os critérios de julgamento da modalidade de licitação concorrência.
- II A licitação será dispensável no caso de aquisição de equipamentos fornecidos exclusivamente por determinada empresa.
- III Constatada irregularidade no procedimento licitatório que motive a paralisação ou anulação do contrato que não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

Acerca de centralização, descentralização, concentração e desconcentração de poder administrativo, assinale a opção correta.

- A** A criação dos entes da administração pública indireta decorre da descentralização de poder.
- B** No direito administrativo moderno, desconcentração e descentralização de poder administrativo designam situações jurídicas equivalentes.
- C** Ocorre descentralização na avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- D** A desconcentração implica a transferência de poderes e atribuições para um sujeito de direito distinto e autônomo.
- E** A criação de um órgão especializado em determinada competência administrativa é um exemplo de descentralização.

Questão 47

Julgue os itens a seguir, relativos a consórcios e convênios públicos.

- I Diferentemente do que ocorre com os consórcios públicos, a viabilização dos convênios públicos prescinde da criação de uma nova pessoa jurídica.
- II É necessária autorização legislativa para celebração do contrato de consórcio após a ratificação do protocolo de intenções.
- III É vedada a criação de consórcios públicos destinados à execução de atividades permanentes e contínuas na área da saúde.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 48

O *caput* do art. 2.º da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, o referido dispositivo é de eficácia

- A** programática.
- B** limitada.
- C** exaurida.
- D** plena.
- E** contida.

Questão 49

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- I O controle abstrato é a forma de controle de constitucionalidade exercida em relação a um caso concreto específico posto em juízo.
- II De acordo com súmula do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade de leis em casos concretos.
- III A improcedência de ação direta de inconstitucionalidade não produz coisa julgada.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 50

A CF assegura aos servidores ocupantes de cargo público o direito

- A** à proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os respectivos profissionais.
- B** à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C** ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a ser de, no mínimo, trinta dias, nos termos da lei.
- D** à proibição de qualquer discriminação referente a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.
- E** à proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

Questão 51

Entre os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um deles deve ser

- A** membro do Ministério Público estadual escolhido pelo procurador-geral de justiça do estado.
- B** juiz estadual indicado pelo STF.
- C** juiz federal indicado pelo STF.
- D** ministro do TCU indicado pelo presidente da República.
- E** desembargador de tribunal de justiça indicado pelo STJ.

Questão 52

Segundo previsão expressa no texto constitucional, legislar sobre direito financeiro é competência:

- A** concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B** privativa da União.
- C** concorrente da União e dos estados, apenas.
- D** concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, apenas.
- E** exclusiva dos estados.

Questão 53

A Constituição Federal de 1988 estabelece como uma das condições de elegibilidade ao cargo de deputado federal a idade mínima de

- A** 35 anos.
- B** 30 anos.
- C** 25 anos.
- D** 21 anos.
- E** 18 anos.

Questão 54

Conforme disposto expressamente no texto da Constituição Federal de 1988, a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, é competência

- A** exclusiva do Congresso Nacional.
- B** suplementar da Câmara dos Deputados.
- C** compartilhada entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.
- D** privativa da Câmara dos Deputados.
- E** privativa do Senado Federal.

Questão 55

Durante processo de auditoria, identificou-se que determinado órgão público estadual mantinha diversas contas bancárias em instituições privadas, nas quais eram depositadas receitas públicas não vinculadas a despesas específicas.

Nessa situação, de acordo com os princípios do direito financeiro e disposições constitucionais e normativas, a prática do referido órgão público estadual é

- A** regular e legítima caso os recursos públicos depositados sejam oriundos de empresa pública controlada pelo estado.
- B** irregular, pois, como regra, as referidas receitas deveriam ser depositadas em instituições financeiras oficiais.
- C** irregular, pois as disponibilidades de caixa de recursos públicos não podem ser depositadas em instituições financeiras privadas.
- D** irregular, pois as disponibilidades de caixa de recursos públicos devem ser depositadas no Banco Central do Brasil.
- E** regular e legítima, pois visa maximizar a atualização monetária dos recursos públicos.

Questão 56

Durante a elaboração do relatório de gestão fiscal de um estado da Federação, foram incluídos no cálculo da receita corrente líquida os valores arrecadados com receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e os valores recebidos de contribuições dos servidores públicos para o custeio do regime próprio de previdência. A receita corrente líquida foi apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o referido cálculo está

- A** incorreto, pois deveriam ser excluídas as receitas patrimoniais, por não serem receitas correntes, e sim de investimento.
- B** incorreto, pois as receitas agropecuárias e industriais não devem integrar o orçamento público, visto que oriundas de atividades de exploração do patrimônio próprio do estado.
- C** incorreto, pois o período de cálculo de apuração deve restringir-se ao ano civil.
- D** correto, pois todas as receitas arrecadadas pelo ente devem compor a receita corrente líquida.
- E** incorreto, pois o recolhimento das contribuições dos servidores para o regime próprio de previdência deve ser excluído do cálculo.

Questão 57

Determinada unidade federativa pretende instituir benefício tributário, em caráter não geral, voltado à inovação tecnológica, mediante redução da base de cálculo de determinado tributo, com início ainda no exercício vigente.

Nessa situação, para que o ato seja considerado válido de acordo com a LRF e sejam atendidas as demais condições legais, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro deve abranger

- A** todo o período de vigência do plano plurianual.
- B** o atual exercício de vigência e os quatro seguintes.
- C** o atual exercício de vigência e os dois seguintes.
- D** o atual exercício de vigência e os três seguintes.
- E** apenas o atual exercício de vigência.

Questão 58

No estado X, verificou-se, em determinado bimestre, que a realização da receita pelo Poder Legislativo estadual não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Nesse caso hipotético, de acordo com a LRF,

- A** o tribunal de contas estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- B** o Poder Executivo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, no bimestre subsequente, limitação de empenho e movimentação financeira.
- C** o próprio Poder Legislativo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias seguintes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- D** o próprio Poder Legislativo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 2 meses seguintes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- E** o Poder Executivo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Questão 59

Assinale a opção correta a respeito do orçamento público, de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988.

- A** Créditos suplementares podem ser abertos sem indicação da fonte de recursos quando destinados ao cumprimento de despesas obrigatórias.
- B** A abertura de crédito suplementar pode ocorrer por ato do Poder Executivo, desde que haja previsão genérica de reforço de dotações na lei de diretrizes orçamentárias.
- C** A abertura de crédito especial exige autorização legislativa, sendo, nesse caso, desnecessária a indicação da fonte de recursos.
- D** A abertura de crédito suplementar ou especial requer prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- E** Créditos adicionais especiais podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa, desde que limitados ao montante de superávit financeiro.

Questão 60

A fazenda pública estadual pretende compensar, de forma unilateral, um débito tributário de um credor com o valor que lhe é devido em precatório.

À luz do entendimento do STF sobre o regime constitucional dos precatórios, é correto afirmar que, no caso apresentado, a compensação unilateral de precatórios com débitos tributários

- A** não é possível, pois a compensação unilateral viola a efetividade da jurisdição e a isonomia entre as partes.
- B** é possível, desde que não se trate de verba alimentar ou de crédito que possua superpreferência.
- C** não é possível, salvo se houver lei estadual que a autorize, bem como pertinência da natureza jurídica do crédito com o débito.
- D** é possível, haja vista a previsão de tal compensação em emenda à Constituição Federal de 1988.
- E** é possível, mas dependerá da análise da pertinência da natureza jurídica do crédito com o débito.

Questão 61

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, considera-se dívida ativa não tributária crédito da fazenda pública proveniente de

- Ⓐ valores referentes a tributos, incluídos seus respectivos adicionais e multas.
- Ⓑ custas processuais.
- Ⓒ emolumentos relacionados à atividade notarial e registral.
- Ⓓ contribuição sindical, por força das alterações promovidas pela recente Reforma Trabalhista.
- Ⓔ anuidades devidas aos conselhos profissionais.

Questão 62

De acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ, nas ações que visam anular negócio jurídico praticado com dolo, o prazo aplicável é

- Ⓐ decadencial de quatro anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- Ⓑ prescricional de dez anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- Ⓒ decadencial de dez anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- Ⓓ decadencial de quatro anos, contado da celebração do ato a ser anulado.
- Ⓔ prescricional de dez anos, contado da celebração do ato a ser anulado.

Questão 63

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o negócio jurídico simulado é

- Ⓐ anulável, exigindo-se que os partícipes do negócio simulado requeiram a invalidação deste, pois o julgador não pode reconhecê-lo de ofício, devendo tal invalidação produzir efeitos também sobre os direitos de terceiros de boa-fé.
- Ⓑ nulo, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, mas não podendo a invalidação do negócio simulado prejudicar os direitos de terceiros de boa-fé.
- Ⓒ anulável, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, mas não podendo a invalidação do negócio simulado prejudicar os direitos de terceiros de boa-fé.
- Ⓓ anulável, exigindo-se que os partícipes do negócio simulado requeiram a invalidação deste, pois o julgador não pode reconhecê-lo de ofício.
- Ⓔ nulo, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, e devendo a invalidação do negócio simulado produzir efeitos também sobre os direitos de terceiros de boa-fé.

Questão 64

Um motorista de veículo automotor, ao desviar de uma manobra brusca e imprudente de outro condutor, colidiu com um automóvel regularmente estacionado. Sua conduta, embora praticada em estado de necessidade e isenta de culpa, resultou de ato voluntário que não se equipara a caso fortuito ou força maior.

Nessa situação hipotética, conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o motorista que colidiu com o automóvel estacionado

- Ⓐ responderá solidariamente com o condutor terceiro que realizou a manobra brusca e imprudente, pois ambos praticaram ato ilícito.
- Ⓑ responderá pelos danos, pois, embora o ato praticado em estado de necessidade seja lícito, deve-se reparar o prejuízo causado.
- Ⓒ não responderá pelos danos, por se tratar de ato lícito praticado em estado de necessidade.
- Ⓓ não responderá pelos danos, pois a responsabilidade deve recair sobre o condutor terceiro que realizou a manobra brusca e imprudente.
- Ⓔ responderá pelos danos, pois cometeu ato ilícito, ainda que praticado em estado de necessidade.

Questão 65

Com relação às fundações, assinale a opção correta, de acordo com o Código Civil.

- Ⓐ Se os bens destinados a determinada fundação forem insuficientes para a sua constituição, eles deverão ser incorporados em outra fundação que esteja em atividade no mesmo município e que atue na área de assistência social.
- Ⓑ Fundações cujas atividades se estendam por mais de um estado da Federação devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público do estado onde se situar a sua sede.
- Ⓒ A alteração do estatuto de uma fundação exige aprovação por maioria absoluta dos responsáveis por sua gestão e representação.
- Ⓓ A criação de uma fundação deve ocorrer por escritura pública ou contrato particular registrado em cartório de títulos e documentos, cabendo ao instituidor especificar a finalidade e a forma de administração.
- Ⓔ Uma fundação somente pode ser constituída caso sua finalidade esteja de acordo com as hipóteses taxativas do Código Civil, entre as quais estão a segurança nutricional, a modernização de sistemas de gestão e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Questão 66

Conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação de danos por ele causados é

- Ⓐ subsidiária e mitigada, de modo que o incapaz responde pelos danos apenas caso as pessoas por ele responsáveis não tenham meios para ressarcir a vítima, não podendo a indenização ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.
- Ⓑ inexistente, pois o incapaz não pratica ato jurídico ilícito propriamente dito, mas ato-fato jurídico não indenizável.
- Ⓒ direta e mitigada, de modo que o incapaz responde pelos danos ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham meios para ressarcir a vítima, desde que a indenização não ultrapasse o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.
- Ⓓ subsidiária e integral, de modo que o incapaz responde pelos danos apenas caso as pessoas por ele responsáveis não tenham meios para ressarcir a vítima, podendo a indenização se dar até o limite dos danos causados a outrem.
- Ⓔ direta e integral, de modo que o incapaz responde pelos danos ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham meios para ressarcir a vítima, podendo a indenização se dar até o limite dos danos causados a outrem.

Questão 67

No que se refere a jurisdição, julgue os itens a seguir, de acordo com o CPC e com a doutrina contemporânea.

- I A jurisdição é uma função estatal que se caracteriza pela heterocomposição.
- II A jurisdição, em certa medida, é uma atividade criativa, pois, ao solucionar o caso concreto, o juiz produz a norma jurídica individual e, por meio do sistema de precedentes, pode firmar entendimentos que servirão de norma para casos futuros.
- III O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede qualquer condicionamento ao acesso à justiça, como o prévio esgotamento da via administrativa para a propositura de ação judicial.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 68

Com base no CPC e na doutrina contemporânea, julgue os seguintes itens, acerca das condições da ação.

- I O direito de ação é concreto e autônomo, ou seja, no momento da propositura da demanda, pressupõe-se a existência e a titularidade do direito material afirmado em juízo.
- II Conforme interpretação sistemática do CPC, a ausência de possibilidade jurídica do pedido é causa de inépcia da petição inicial e, por isso, conduz à extinção do processo sem resolução do mérito.
- III Consoante a teoria da asserção, o magistrado deve tomar como parâmetro as alegações do autor para aferir a presença das condições da ação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 69

Assinale a opção correta em relação à figura do magistrado conforme o disposto no CPC.

- Ⓐ O juiz, quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, deve oficial o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros legitimados, para que estes, querendo, proponham a ação coletiva respectiva.
- Ⓑ A imparcialidade do juiz é um requisito de validade do processo, e sua falta implica a extinção do feito sem resolução do mérito.
- Ⓒ O princípio da cooperação aplica-se exclusivamente às partes, e não ao juiz.
- Ⓓ O juiz pode, sempre que lhe parecer mais justo, decidir o feito por equidade.
- Ⓔ Ao decidir o mérito, o juiz pode ultrapassar os limites da demanda, para enfrentar questões conexas de ordem privada.

Questão 70

No que diz respeito aos recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da primazia da decisão de mérito não se aplica no âmbito recursal, em razão do rigor dos pressupostos recursais.
- Ⓑ O princípio da singularidade ou unirrecorribilidade não comporta exceções.
- Ⓒ Segundo o CPC, o juízo de admissibilidade dos recursos é exclusivo do órgão *ad quem*.
- Ⓓ Em razão do princípio da proibição da reforma em prejuízo, é vedado ao órgão *ad quem* proferir decisão mais desfavorável ao recorrente que o provimento recorrido.
- Ⓔ A fungibilidade recursal restringe-se aos recursos de apelação e agravo de instrumento.

Questão 71

Assinale a opção correta no que concerne à tutela provisória de urgência.

- Ⓐ A tutela de urgência somente pode ser concedida no processo de conhecimento.
- Ⓑ A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se a sentença lhe for desfavorável.
- Ⓒ O CPC veda a concessão de medidas atípicas na tutela de urgência de natureza cautelar.
- Ⓓ De acordo com o disposto no CPC, as tutelas de urgência são sempre satisfativas, nunca cautelares.
- Ⓔ Para concessão da tutela de urgência, é dispensada a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, caso se trate de matéria firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

Questão 72

Assinale a opção correta conforme a Lei de Agrotóxicos (Lei n.º 14.785/2023).

- Ⓐ As informações prestadas no momento do registro de agrotóxicos tornam-se responsabilidade do comerciante que colocá-los a venda.
- Ⓑ Agrotóxico é definido como o produto obtido a partir de produto técnico, por intermédio de processos físicos ou químicos isolados ou em mistura com biológicos, destinado a alterar a composição da flora ou da fauna.
- Ⓒ Produto de controle ambiental é, por definição, aquele formulado à base de cobre, de enxofre e de óleos vegetais ou minerais.
- Ⓓ O produto de controle ambiental idêntico será registrado em até sessenta dias quando apresentar composição qualitativa e quantitativa idêntica à de outro produto já registrado, os mesmos fabricantes ou os mesmos formuladores, a mesma indicação de uso, as mesmas doses e apenas marca comercial distinta.
- Ⓔ O registro de agrotóxicos é competência do órgão ambiental estadual.

Questão 73

Alberto, exímio caçador, responde a ação penal pela seguinte conduta: durante um passeio dentro de uma unidade de conservação, em uma noite de feriado nacional, ele encontrou um criadouro natural de exemplares da fauna silvestre e, sem hesitar, o destruiu.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

- Ⓐ Alberto está sujeito a pena de reclusão, cumulada ou não com multa.
- Ⓑ A pena aplicável a Alberto será aumentada em razão de o crime ter sido praticado dentro de unidade de conservação e no período noturno.
- Ⓒ Só ocorrerá a aplicação de pena contra Alberto se os exemplares da fauna silvestre por ele destruídos forem de espécie em risco de extinção.
- Ⓓ Alberto será isento de pena, por ser caçador profissional.
- Ⓔ A pena aplicável a Alberto poderá ser majorada até o dobro devido ao simples fato de ele ser caçador profissional.

Questão 74

Com fundamento na Lei n.º 6.766/1979, que disciplina o parcelamento do solo urbano, assinale a opção correta.

- Ⓐ Transcorrido o prazo legal sem que a municipalidade tenha se manifestado acerca de projeto de parcelamento do solo, haverá sua aprovação automática.
- Ⓑ A infraestrutura básica dos loteamentos não inclui as vias de circulação.
- Ⓒ A infraestrutura básica das zonas habitacionais de interesse social deve ter, no mínimo, iluminação pública, escoamento das águas pluviais e esgoto sanitário.
- Ⓓ Em loteamento de acesso controlado, é vedado impedir o acesso de pedestres ou condutores de veículos não residentes no empreendimento, mas devidamente identificados.
- Ⓔ A promessa de cessão, ainda que registrada em cartório, é passível de retratação.

Questão 75

De acordo com o Código Florestal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A exploração de florestas nativas de domínio privado depende de licença ambiental e aprovação prévia do plano de manejo florestal sustentável.
- Ⓑ É vedado o manejo florestal com propósito comercial em área de reserva legal.
- Ⓒ A coleta de produtos florestais madeireiros é livre desde que respeitados os períodos de coleta e os volumes fixados em regulamentos específicos.
- Ⓓ A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em imóvel de domínio público independe do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Ⓔ Em imóvel rural onde haja área abandonada, é permitida a conversão de área de vegetação nativa para uso alternativo do solo.

Questão 76

Assinale a opção correta conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei n.º 9.433/1997.

- Ⓐ Quando da fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, devem ser observados, nas derivações de água, o volume retirado, o método utilizado e o respeito às normas ambientais.
- Ⓑ A água é um bem de domínio público e recurso natural ilimitado e com valor econômico.
- Ⓒ Os comitês de bacia hidrográfica relativos a bacias inseridas dentro de território indígena serão compostos por representantes do Ministério dos Povos Indígenas e das comunidades indígenas residentes em tais bacias.
- Ⓓ É vedado à União delegar aos estados a competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- Ⓔ O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural independe de outorga pelo poder público.

Questão 77

Em relação ao orçamento público, suas técnicas e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O orçamento de desempenho, que consiste em uma evolução do orçamento tradicional, busca associar os recursos alocados a programas e atividades, de forma a permitir a avaliação dos resultados alcançados pela administração pública.
- Ⓑ Segundo o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas públicas devem constar da LOA, admitindo-se, entretanto, a exclusão de fundos especiais, regidos por legislação própria.
- Ⓒ O orçamento tradicional, adotado no Brasil até meados do século XX, tinha como objetivo central a mensuração do custo das ações governamentais, de forma a valorizar a vinculação entre gastos públicos e resultados alcançados.
- Ⓓ O orçamento-programa vincula a alocação de recursos a programas, objetivos e metas governamentais, o que permite maior racionalidade no uso dos recursos públicos.
- Ⓔ Conforme o princípio da exclusividade, a LOA não pode tratar de matérias estranhas ao orçamento, salvo autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que sem limites.

Questão 78

Assinale a opção correta a respeito do sistema de planejamento e orçamento brasileiro, considerados o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA).

- Ⓐ O sistema de planejamento e orçamento exclui o controle externo, já que esse não é considerado parte do processo orçamentário.
- Ⓑ O PPA define metas fiscais anuais, servindo como principal elo entre a LDO e a LOA.
- Ⓒ A LDO orienta a elaboração da LOA e estabelece metas fiscais, além de dispor sobre alterações tributárias e aplicação das agências de fomento.
- Ⓓ A LOA é peça autônoma, que independe do PPA e da LDO, pois sua vigência anual garante flexibilidade ao processo orçamentário.
- Ⓔ O sistema de planejamento e orçamento brasileiro é formado apenas pelo PPA e pela LOA, dada a falta de previsão constitucional da LDO.

Questão 79

Assinale a opção correta, considerando que o governo pretende iniciar, em 2026, programa de infraestrutura digital com investimentos por cinco anos, o qual não está previsto no PPA 2024-2027.

- Ⓐ A ausência de previsão no PPA pode ser suprida por crédito extraordinário, já que a urgência do investimento caracteriza hipótese típica de imprevisibilidade.
- Ⓑ Por ser investimento de capital e programa de duração continuada, a execução do programa pode iniciar-se diretamente com base na LOA de 2026, e sua inclusão no PPA poderá ocorrer por ato infralegal até o final do exercício.
- Ⓒ A criação de programa plurianual de investimento, quando ausente no PPA, requer alteração do PPA por lei, compatibilização na LDO subsequente e apropriação na LOA, observadas as metas fiscais e as regras de responsabilidade na gestão fiscal.
- Ⓓ Por ter caráter estratégico, o PPA dispensa controle externo específico, já que o tribunal de contas somente aprecia a execução da LOA.
- Ⓔ O PPA vigora sempre do primeiro ao último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, coincidindo integralmente com a legislatura, de modo que novos programas só podem ter início no primeiro ano de governo.

Questão 80

A Secretaria Estadual de Cidades pretende adquirir, em 2026, participação societária em companhia regional de saneamento para acelerar um programa estadual denominado Saneamento Integrado. A LOA de 2026 prevê esse programa na Ação 1234 – Construção de Estações de Tratamento de Esgoto, classificada como investimentos; não há ação ou dotação específica para aquisição de participação societária.

Nessa situação hipotética, no que se refere ao enquadramento da despesa, à estrutura programática e ao instrumento de crédito, é correto

- Ⓐ promover remanejamento entre programas por decreto, criando subtítulo para a aquisição, pois o princípio da unidade autoriza ajustes sem lei específica.
- Ⓑ criar nova ação na estrutura do programa Saneamento Integrado, classificada como inversões financeiras (GND 5), com produto e unidade de medida compatíveis, mediante crédito especial autorizado por lei e aberto por decreto, e indicação da fonte de recurso.
- Ⓒ admitir crédito extraordinário para a aquisição societária, em razão do interesse público e da urgência, independentemente da existência de dotação.
- Ⓓ reclassificar a Ação 1234 de investimentos para material de consumo e abrir crédito suplementar por decreto, pois a mudança de natureza dispensa lei autorizativa.
- Ⓔ manter a Ação 1234 e executar a aquisição como investimentos (GND 4), pois toda aplicação em saneamento é investimento, devendo ser realizada por crédito suplementar.

Questão 81

Considerado que, após a publicação da LOA de 2026, o Estado deve estruturar a execução financeira e acompanhar a arrecadação, assinale a opção correta em relação a metas bimestrais de arrecadação, cronograma de execução mensal de desembolso e limitação de empenho.

- Ⓐ O cronograma de desembolso aplica-se apenas ao Poder Executivo, sem alcançar os demais Poderes e o Ministério Público.
- Ⓑ O cronograma de desembolso é discricionário e pode ser definido a qualquer tempo, sem relação com a LDO.
- Ⓒ As metas bimestrais de arrecadação e o cronograma mensal de desembolso devem ser definidos até 30 dias após a LOA e servem de base para a limitação de empenho, cujos critérios devem estar na LDO.
- Ⓓ A limitação de empenho pode recair livremente sobre quaisquer despesas, inclusive transferências constitucionais e restos a pagar processados, sem restrição.
- Ⓔ O descumprimento das metas de arrecadação autoriza automaticamente a abertura de créditos extraordinários para compensação do desequilíbrio.

Questão 82

A Secretaria de Saúde do estado X descentralizou parte do crédito orçamentário para uma fundação estadual hospitalar (ente estadual; órgão distinto), que executará aquisições de equipamentos. Em paralelo, a secretaria programará repasses financeiros para pagamento conforme o cronograma de desembolso.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito dos efeitos e requisitos da descentralização orçamentária e financeira.

- Ⓐ Na descentralização de crédito externa (destaque), a fundação executa a despesa, mantendo programa/ação e natureza; a descentralização financeira provê o numerário; e ambas devem observar as disposições da LDO e da LRF e possuir registro contábil específico.
- Ⓑ A descentralização de crédito orçamentário dispensa registro contábil se houver controle administrativo do órgão central.
- Ⓒ Convênio é modalidade de descentralização interna (provisão), portanto sua realização dispensa lei e regulamento próprios.
- Ⓓ A descentralização de crédito orçamentário externa (destaque) transfere definitivamente a titularidade do crédito, o que permite à unidade executora alterar programa/ação e natureza da despesa.
- Ⓔ A descentralização financeira consiste em repasses de cotas de numerário para pagamento, independentemente do cronograma de desembolso.

Questão 83

Assinale a opção correta acerca da receita pública.

- Ⓐ Operações de crédito devem ser classificadas como receitas correntes, pois representam ingresso regular para custeio.
- Ⓑ O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito desta.
- Ⓒ Por ingressarem nos cofres públicos, depósitos de terceiros e cauções caracterizam receita orçamentária.
- Ⓓ A arrecadação corresponde ao ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, e o recolhimento, ao recebimento pelos agentes arrecadadores.
- Ⓔ Juros e multas incidentes sobre a dívida ativa devem ser classificados como receitas de capital, pois corrigem o principal vencido.

Questão 84

Em relação à dívida ativa e seus reflexos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Juros de mora e multas da dívida ativa configuram receitas de capital, devendo ser destacados do principal.
- Ⓑ A inscrição é condição para a execução fiscal, e a certidão de dívida ativa (CDA) constitui título executivo extrajudicial.
- Ⓒ A inscrição em dívida ativa gera receita orçamentária no momento do registro do crédito na certidão de dívida ativa (CDA).
- Ⓓ Os valores do principal recuperados de dívida ativa devem ser classificados como receita de capital, dada sua origem em créditos vencidos.
- Ⓔ Dívida ativa não tributária não pode ser inscrita, visto que sua inscrição não está prevista no Código Tributário Nacional.

Questão 85

No orçamento público brasileiro, a classificação quanto à natureza da despesa tem por objetivo evidenciar a estrutura do gasto sob a ótica do objeto de despesa. Considerando essa perspectiva, assinale a opção correta.

- Ⓐ As ações orçamentárias excluem transferências a outros entes da Federação, não podendo contemplar subsídios, auxílios ou reservas de contingência.
- Ⓑ No grupo de natureza de despesa, as aquisições de *softwares* são consideradas inversões financeiras.
- Ⓒ A classificação funcional organiza-se em funções e subfunções, sendo a função o nível mais agregado ligado à missão institucional, e a subfunção a área específica da despesa vinculada às ações orçamentárias.
- Ⓓ A função encargos especiais diz respeito às despesas relacionadas à produção de um bem ou serviço público.
- Ⓔ A classificação por natureza corresponde às categorias obrigatória e discricionária da despesa pública.

Questão 86

Considerando que, no Brasil, as DEA só podem ser pagas em situações específicas, é correto afirmar que essas despesas

- Ⓐ abrangem obrigações de exercícios encerrados não inscritas em restos a pagar, a serem atendidas por dotação específica no orçamento vigente.
- Ⓑ são uma espécie de restos a pagar processados.
- Ⓒ são sempre classificadas como investimentos, por gerarem acréscimo de ativo.
- Ⓓ constituem dívida fundada do ente, por natureza.
- Ⓔ devem, obrigatoriamente, constar da LOA inicial, em anexo próprio.

Questão 87

Os tribunais de contas alertam os órgãos públicos sobre riscos fiscais, incentivando o cumprimento das metas e prevenindo irregularidades, em conformidade com a LRF. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A LRF estabelece que os alertas dos tribunais de contas só podem ocorrer após o encerramento do exercício financeiro, quando já consolidados os dados da execução orçamentária e financeira.
- Ⓑ Aos tribunais de contas compete realizar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão, conforme definido na LRF.
- Ⓒ Nos termos da LRF, os tribunais de contas devem emitir alertas quando constatarem fatos que possam comprometer os custos ou os resultados dos programas, desde que também estejam presentes indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- Ⓓ Os tribunais de contas alertarão os poderes quando os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontrarem acima de 90% dos respectivos limites.
- Ⓔ Os tribunais de contas somente devem emitir alertas quando a despesa com pessoal ultrapassar o limite de 95% e quando a dívida mobiliária exceder o limite definido no Senado Federal.

Questão 88

Acerca do relatório da gestão fiscal (RGF), assinale a opção correta com base na LRF.

- Ⓐ O RGF do Poder Executivo não se limita à despesa com pessoal, devendo apresentar comparativo com os limites de despesa total com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, das concessões de garantias e das operações de crédito, além das medidas corretivas e dos demonstrativos exigidos no último quadrimestre.
- Ⓑ Entre os demonstrativos obrigatórios do RGF constam, no último quadrimestre, a relação das despesas liquidadas e empenhadas, bem como um demonstrativo da execução das renúncias de receita e das licitações realizadas no exercício.
- Ⓒ O RGF deve ser publicado em até 60 dias após o encerramento do quadrimestre, podendo sua publicação se restringir ao diário oficial do respectivo ente, sem necessidade de divulgação eletrônica.
- Ⓓ O RGF deve ser emitido ao final de cada bimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, em consonância com a periodicidade do relatório resumido da execução orçamentária.
- Ⓔ A assinatura do RGF é prerrogativa exclusiva dos chefes dos Poderes e órgãos, sendo vedada a inclusão de outros responsáveis, com vistas à garantia da centralização de responsabilidade.

Questão 89

Uma equipe de auditoria foi designada para realizar um trabalho de relatório direto, com o objetivo de avaliar o quanto as rubricas incluídas na folha de pagamento de determinado órgão público são aderentes ao que dispõem as leis que regem a matéria.

Nesse caso hipotético,

- Ⓐ esse tipo de trabalho dispensa a obtenção de evidência de auditoria.
- Ⓑ o referido trabalho consiste em uma auditoria operacional.
- Ⓒ o escopo da auditoria deverá incluir as obras públicas em andamento no órgão auditado.
- Ⓓ a equipe de auditoria deve focar prioritariamente a eficiência da gestão pública.
- Ⓔ a auditoria é de conformidade.

Questão 90

Tendo em vista que a elaboração do plano anual de fiscalização de um tribunal de contas é, normalmente, feita com base em critérios de materialidade, risco e relevância do programa ou atividade pública, assinale a opção correta de acordo com as normas aplicáveis à auditoria operacional.

- Ⓐ O risco é baixo se o programa ou atividade consome baixo volume de recursos financeiros.
- Ⓑ O risco é considerado mais elevado quanto menor for a probabilidade da ocorrência do evento a ele associado.
- Ⓒ Relevância é a medida da probabilidade e do impacto resultantes da ocorrência de um evento indesejado.
- Ⓓ O conceito de risco está associado principalmente à importância social do programa ou atividade.
- Ⓔ O volume de recursos financeiros envolvidos no programa ou atividade é um aspecto a ser considerado na determinação da materialidade.

Questão 91

Durante uma auditoria de demonstrações contábeis, ao identificar distorções, o auditor deve

- Ⓐ deixar de registrá-las, ainda que relevantes, caso sejam corrigidas pela administração.
- Ⓑ comunicá-las à administração ou aos responsáveis pela governança e, caso não sejam corrigidas, avaliar se elas são relevantes e se podem impactar a opinião de auditoria.
- Ⓒ modificar a opinião de auditoria em relação às distorções corrigidas pela administração, ainda que pouco relevantes.
- Ⓓ avaliar se são relevantes e, nesse caso, comunicá-las à administração ou aos responsáveis pela governança.
- Ⓔ evitar comentá-las com representantes da administração até que o relatório da auditoria esteja concluído.

Questão 92

Em relação a uma auditoria de obras públicas que vise avaliar a conformidade dos atos e contratos com os dispositivos da Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- Ⓐ O orçamento detalhado do custo global da obra integra o projeto básico.
- Ⓑ Serviços de engenharia diferem das obras pelo fato de eles não constituírem atividades estabelecidas, em lei, como privativas de determinadas profissões.
- Ⓒ Se a contratação incluir a incorporação de materiais e equipamentos à obra, dispensa-se a sua indicação no projeto básico.
- Ⓓ Sondagens e ensaios geotécnicos, quando necessários, são dispensáveis na fase de elaboração do projeto básico, mas imperativos na preparação do projeto executivo.
- Ⓔ Para ser caracterizada como obra, a atividade deve ser estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de engenheiro, arquiteto ou técnico em edificações.

Questão 93

Incluem-se entre os elementos que compõem o escopo da auditoria de conformidade, considerados no preenchimento das colunas da matriz de planejamento,

- Ⓐ possíveis achados, causas dos achados e procedimentos e técnica.
- Ⓑ objetivo da auditoria, causas dos achados e informações requeridas.
- Ⓒ causas dos achados, questões de auditoria e procedimentos e técnica.
- Ⓓ possíveis achados, informações requeridas e procedimentos e técnica.
- Ⓔ possíveis achados, causas dos achados e fontes de informação.

Questão 94

Ao planejar os testes de controle e de detalhes em uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve

- Ⓐ deixar de usar amostragem e executar testes de detalhes em toda a população, se a distorção esperada for baixa.
- Ⓑ considerar a possibilidade de usar amostra maior para os testes de detalhes se a distorção esperada for alta.
- Ⓒ estabelecer o tamanho da amostra para testes de controle a partir da avaliação da taxa esperada de desvio com base no resultado dos testes de detalhes executados no planejamento da auditoria.
- Ⓓ reduzir o tamanho da amostra para aplicação dos testes de controle se a taxa esperada de desvio for inaceitavelmente alta.
- Ⓔ deixar de executar testes de controle se a taxa esperada de desvio for muito baixa.

Questão 95

De acordo com as normas internacionais aplicáveis à auditoria governamental, a auditoria do setor público pode ser descrita como

- A** a obtenção e avaliação objetiva de evidências das informações ou das condições reais de um objeto, para compará-las com critérios aplicáveis.
- B** uma avaliação subjetiva das informações da gestão ou das condições reais de um objeto.
- C** um processo não sistemático, no qual o auditor tem ampla liberdade para formar sua opinião a partir de sua própria sensibilidade.
- D** a produção de informações relevantes para a administração do órgão auditado, sem utilidade para os órgãos do Poder Legislativo.
- E** a investigação e punição de falhas funcionais.

Questão 96

Na auditoria de conformidade, a técnica que envolve o olhar do auditor para um processo ou procedimento enquanto este é realizado por outros é denominada

- A** observação.
- B** circularização.
- C** revisão analítica.
- D** exame documental.
- E** conferência de cálculos.

Questão 97

De acordo com as normas internacionais aplicáveis à auditoria governamental, a evidência de auditoria deve ser

- I suficiente no que se refere à quantidade.
- II inédita no que diz respeito à produção pelo auditor.
- III apropriada quanto à relevância, à validade e à confiabilidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 98

De acordo com as normas internacionais que regem a auditoria operacional, antes da emissão do relatório de auditoria pelo tribunal de contas, o auditor elabora o relatório preliminar de auditoria, o qual

- A** não contém as conclusões da auditoria.
- B** não abrange os achados de auditoria.
- C** ainda não menciona as recomendações de auditoria que o auditor pretende propor.
- D** ainda não leva em consideração os comentários da entidade auditada sobre os achados, as conclusões e as recomendações.
- E** ainda não registra claramente o critério de auditoria.

Questão 99

Em auditoria do sistema contábil e financeiro informatizado utilizado pela administração pública municipal, um auditor pretende verificar se os registros de liquidação da despesa refletem fielmente os documentos comprobatórios que os suportam.

Nesse caso hipotético, o auditor deve executar especificamente, para a verificação pretendida, testes de

- A** exatidão do processamento.
- B** duplicação manual dos processos executados pelo sistema.
- C** segurança do acesso aos dados.
- D** autenticidade dos dados.
- E** integridade dos dados.

Questão 100

Em auditoria de conformidade, a documentação da auditoria deve ser organizada de modo a fornecer uma ligação clara e direta entre

- A** a política avaliada e sua efetividade.
- B** os registros contábeis e as demonstrações financeiras.
- C** a independência do auditor e sua competência técnica.
- D** os achados e as evidências que os suportam.
- E** o desenho do programa governamental e sua implementação.

Espaço livre